



**Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 35
do Conselho de Arquitetura e Urbanismo
de Santa Catarina, realizada em doze de
setembro do ano de dois mil e catorze, na
Sala de Comissões nº01 da Assembleia
Legislativa do Estado de Santa Catarina,
em Florianópolis – SC.**

1 Às catorze horas e quinze minutos do dia doze de setembro de dois mil e catorze, na Sala
2 de Comissões nº01 da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em
3 Florianópolis – SC, reuniu-se o Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa
4 Catarina – CAU/SC, em Sessão Ordinária número trinta e cinco. Presente o Presidente do
5 CAU/SC, Arquiteto e Urbanista **RONALDO DE LIMA**, os senhores Conselheiros Estaduais
6 Arquitetos e Urbanistas **GIOVANI BONETTI, FÁRIDA MIRANY DE MIRA, JORGE**
7 **RAINESKI, DÉCIO GOMES GÓES, MARCOS ALEXANDRE JOBIM, ANDRÉ SERAFIM** e
8 **ADEMIR BOGONI** e os suplentes de conselheiros **DANIEL RODRIGUES DA SILVA** e
9 **GLICÉRIO JUNIOR WEBER**, o Arquiteto e Urbanista **JOSÉ PEDRO SEMMER**, a Assessora
10 de Imprensa **SARA CAPRARIO**, os empregados do CAU/SC, Gerente Geral **MÁRCIO**
11 **BITTENCOURT**, a Ouvidora **ROSANA CERVO**, os Advogados **GUILHERME DUTRA** e
12 **GUSTAVO SOUZA SANTOS**, os fiscais **FERNANDA TEIXEIRA, MAYARA REGINA DE**
13 **SOUZA, LILIAN CAOVILO** e **THIAGO PEREIRA MARTINS**, o Assistente de Comissões
14 **LUIS ANTÔNIO NUNES**, as Secretárias **TATIANA MOREIRA FERES DE MELO** e **BRUNA**
15 **PORTO MARTINS**. Ressalta-se a ausência justificada do Conselheiro **CEZAR FRANCISCO**
16 **CIARINI**. Após a verificação e constatação da existência de quórum, o Presidente
17 agradeceu a presença de todos, lembrou os presentes de silenciar os celulares e de se
18 identificarem antes de qualquer contribuição. Em seguida apresentou a pauta da reunião e
19 solicitou inclusão no item 6. APRESENTAÇÃO E VOTAÇÃO, dos itens **E. 2º Encontro Anual**
20 **do CAU/SC – Aprovação de data e tema, F. Distribuição de Processos éticos (2), G.**
21 **Alteração da data da Plenária de dezembro**. A pauta foi aprovada por unanimidade
22 com as devidas alterações. O Presidente apresentou os fiscais concursados, explicando que
23 os arquitetos Fernanda e Thiago fiscalizarão a região litorânea, a fiscal Lilian será
24 responsável pela macrorregião de Chapecó, e a fiscal Mayara pela macrorregião de Rio do
25 Sul. Em seguida a ata da trigésima quarta reunião plenária foi aprovada, com abstenção
26 dos Conselheiros André, Glicério e Fárída. No Item **2. CORRESPONDÊNCIAS EMITIDAS E**
27 **RECEBIDAS**, o Presidente avisou que a relação de correspondências e eventos havia sido
28 enviada e que qualquer questionamento poderia ser solicitado. No item **3.RELATO DO**
29 **PRESIDENTE**, o Presidente citou o Assinatura Contrato de Patrocínio com os
30 contemplados no edital, e a Reunião na Prefeitura de Jaraguá do Sul, abordando
31 principalmente as questões relativas a gestão de risco, aterros em áreas alagáveis e uma
32 série de outros cuidados que os profissionais lidam no dia-a-dia, mais no sentido de apoiar
33 a associação regional. Relatou a Reunião com a CELESC, visando um Termo de Cooperação
34 Técnica, que possa atingir todo o estado de Santa Catarina, identificando o movimento de
35 instalação de energia para início de uma obra. Informou sobre sua viagem para o Espírito
36 Santo, para a inauguração sede CAU/ES e Reunião do GT de Gestão do Fórum dos
37 Presidentes. Falou da reunião com o Presidente em Exercício do CREA/SC, Eng. Gilson
38 Galotti, em função de uma demanda da ouvidoria com relação a uma mídia que foi
39 divulgada pelo CREA/SC falando sobre atribuição profissional, bastante tendenciosa na
40 sua constituição, que resultou em uma carta, pedindo desculpas pelo tom utilizado, e se



41 comprometendo a corrigi-la, considerando que esse foi o segundo ano consecutivo da
42 veiculação dessa propaganda. Registrou sua presença na Abertura do Congresso Brasileiro
43 para o Desenvolvimento do Edifício Hospitalar, evento contemplado na chamada pública
44 de patrocínio do CAU/SC. Informou da assinatura do Protocolo de Intenções com a Defesa
45 Civil, e disse que tem perspectivas muito positivas de ações conjuntas oriundas dessa
46 parceria. Falou do Seminário sobre Salário Mínimo Profissional da FNA, que ocorreu em
47 Brasília, lembrando a reunião ocorrida em Santa Catarina sobre o mesmo tema, sem
48 representantes oficiais das entidades, nem na esfera estadual, nem na esfera federal,
49 resultando em uma discussão muito limitada, sem outra linha de pensamento, enfatizando
50 a importância de se discutir em Santa Catarina, juntamente com as entidades, a questão do
51 salário mínimo profissional e temas afetos. Relatou o Lançamento do Prêmio TCC, com a
52 coordenação técnica do IAB/SC, informando que o site já está no ar e que já estão abertas
53 as inscrições. No item **4. RELATO DA OUVIDORIA**, a Ouvidora Rosana apresentou seu
54 relatório e explicou que no mês de agosto o número de reclamações diminuiu, e que
55 acredita que essa melhoria seja em função do CAU/SC estar mais bem estruturado em
56 relação ao corpo técnico. Relatou que não houve reclamações com relação ao atendimento,
57 ou protocolos atrasados. Disse que o destaque foram as dúvidas sobre atribuição
58 profissional, e quanto ao procedimento de checagem da atribuição somente no momento
59 da baixa do RRT e após o serviço concluído (o arquiteto pode incluir uma atividade na
60 descrição e outra no campo atividades). Relatou que foram encaminhadas diversas
61 dúvidas e sugestões para o CAU/BR, incluindo as atribuições, novo layout de RRT,
62 vinculação do boleto com o RRT, etc. Falou do novo campo inserido no SICCAU – RRT, que
63 remete a uma resolução da presidência da república, que indica que o contratante está
64 aceitando fazer parte de um programa do governo, referente à acessibilidade, podendo
65 comprometer o cliente. Informou que problema com o envio das carteiras profissionais,
66 relatado na última plenária, ainda não foi solucionado. O Conselheiro Raineski e Giovanni
67 parabenizaram o trabalho desenvolvido pela ouvidora. No item **5. RELATO DOS**
68 **DIRETORES**, não houve relato do Administrativo em função da ausência da diretora. O
69 Diretor Financeiro Ademir Bogoni relatou que a Receita corrente total no mês de agosto
70 foi de quatrocentos vinte e sete mil, seiscentos e dezessete reais e vinte e quatro centavos,
71 alcançando um acumulado do ano de três milhões, oitocentos e oitenta e sete mil,
72 novecentos e sessenta e nove reais e cinquenta e seis centavos, totalizando
73 aproximadamente oitenta por cento da receita corrente total orçada para o ano de dois mil
74 e catorze, considerando as estimativas da Segunda Reprogramação do Planejamento e
75 Orçamento do ano. Citou as despesas do mês de agosto no valor de trezentos e cinquenta e
76 um mil, oitenta e cinco reais e quarenta e um centavos. Destacou que as despesas na conta
77 “Programa de Alimentação ao Trabalhador – PAT” referente à compra do vale
78 alimentação/refeição da competência Setembro não foram lançadas em agosto (mês da
79 compra), pois a Nota Fiscal chegou após o dia primeiro de setembro, mês que será
80 liquidado. Informou ainda que no mês de agosto foram pagas e registradas como restos a
81 pagar do ano de dois mil e treze despesas no montante de três mil e novecentos reais.
82 Citou o saldo bancário em trinta e um de agosto no valor de seis milhões, trinta e nove mil,
83 quinhentos e trinta e sete reais e setenta e um centavos. No item **6. RELATO DAS**
84 **COMISSÕES**, o coordenador da Comissão de Contas e Atos Administrativos, Conselheiro
85 André, relatou que houve a apresentação das alterações na 2ª reprogramação
86 orçamentária de 2014, oriundas das inconsistências no balanço financeiro e contábil, já
87 solucionadas, e a aprovação dos relatórios gerenciais administrativo e financeiro. Solicitou
88 a pesquisa de sistemas de controle de ponto por GPS para os arquitetos fiscais regionais, a
89 confecção de um cronograma de prazos para entrega ao relator da comissão, das Minutas
90 de Instrumentos Normativos, e uma pesquisa sobre processos de imobilização do
91 patrimônio, para a próxima reunião da CCAA. Solicitou o envio do detalhamento da conta
92 “Serviços prestados Pessoa Jurídica” e a confecção de relatório sobre análises e status das



93 solicitações de ressarcimentos. Citou a aprovação do cronograma da programação do
94 orçamento do ano de dois mil e quinze. Informou a realização de uma reunião
95 extraordinária da comissão, no dia dezesseis de setembro, para tratar do planejamento do
96 ano seguinte. No relato da Comissão de Ética e Disciplina, a Conselheira Fárída falou da
97 participação do Conselheiro Ciarini na reunião da CED/BR, em Diamantina/MG. Citou que
98 houve a definição dos Planos de Ação, e o julgamento de processos ético-disciplinares.
99 Relatou que vários processos despachados pela comissão não foram devidamente
100 encaminhados e estão prescrevendo, por esse motivo justificou que haverá reunião
101 extraordinária da comissão aos sábados. Relatou que foram discutidas as definições do
102 Simpósio de Ética, que será realizado juntamente com o Encontro Anual, com o tema: Ética
103 entre profissionais, clientes e fornecedores. Informou que, conforme constatação do
104 advogado Guilherme, a comissão deliberou que nas atas plenárias devem conter os relatos
105 dos processos, nominando os votos. O Conselheiro Giovani informou que esse é o processo
106 rotineiro das plenárias. O advogado Guilherme informou que a votação não era
107 discriminada em ata e o que vale é o que consta nesse documento, e que é essencial para
108 sanar qualquer tipo de dúvida. O Conselheiro Giovani reforçou que o procedimento é
109 importante, mas que essa constatação é realizada. A Secretária Tatiana confirmou que os
110 votos dos relatos dos processos são nominados em ata, conforme orientação do advogado
111 Charles. A Conselheira Fárída se desculpou pelo equívoco. O Presidente solicitou que o
112 Gerente Márcio apurasse o que ocorreu para a prescrição dos processos citados. A
113 Conselheira Fárída solicitou maior atenção e exclusividade do Advogado Guilherme para
114 as demandas da CED. No relato da Comissão de Ensino e Exercício Profissional, o
115 Conselheiro Bogoni relatou que foram apresentadas as deliberações dos Analistas
116 Técnicos, pela aprovação, referentes a quarenta e nove processos de Registro Profissional,
117 dos quais trinta e seis processos de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT)
118 Extemporâneos, seis processos de Interrupção de Registro, um processo de Cancelamento
119 de RRT e um processo de nulidade de RRT, todos homologados pela CEEP-CAU/SC.
120 Informou que foram analisados dois processos fiscalizatórios relacionados ao exercício
121 ilegal da profissão: um referente à prestação de serviço de arquitetura por acadêmica do
122 curso de Arquitetura e Urbanismo, pelo qual se decidiu pelo arquivamento da denúncia, e
123 outro sobre exercício ilegal da profissão por bacharel em Design de Interiores, decidindo a
124 Comissão pela manutenção do auto de infração, pela aplicação de multa e pela elaboração
125 de boletim de ocorrência. Ainda sobre o tema, foi deliberado por agendar uma reunião da
126 CEEP-CAU/SC com o Procurador-Chefe do Ministério Público Federal para tratar das
127 sanções penais para o exercício ilegal da profissão. Relatou que a ouvidora Rosana Cervo
128 abordou a problemática de diversos RRTs de execução de obra cancelados e de possíveis
129 obras descobertas de responsável técnico, gerada por algumas prefeituras que vinculam a
130 aprovação de projeto ao licenciamento de obra. A comissão deliberou pelo envio de ofícios
131 às prefeituras municipais para conscientizar da importância de separar a aprovação de
132 projeto do licenciamento de obra, e pela aplicação de multas pela infração ao exercício da
133 Arquitetura e Urbanismo conforme o critério apresentado pela Gerente Técnico, de acordo
134 com os limites estabelecidos pela Resolução CAU/BR nº22: o valor mais baixo, na primeira
135 infração, uma média entre o valor mais baixo e o mais alto, na segunda ocorrência, e o
136 valor mais alto, na terceira e seguintes, desde que na mesma infração. Relatou que em
137 mostras, feiras e peças publicitárias, deliberou-se pela exigência de RRT de projeto de
138 todos os arquitetos identificados nas placas. Nas questões abordadas pela ouvidora sobre
139 RRT de pavimentação asfáltica, da FATMA e sobre a descrição na baixa de RRT, o
140 Conselheiro Raineski falou das interpretações da lei 12.378, dadas na Resolução nº21 do
141 CAU/BR, que gera dificuldade de fiscalização, uma vez que a fundamentação da própria lei
142 justifica as atribuições do arquiteto e urbanista pela sua formação necessária e básica,
143 como profissional generalista, no entanto isso não pode incluir aquelas atribuições das
144 quais a profissão não tem por origem na formação profissional, nenhuma grade curricular



145 que dê sustentação. Explicou que a comissão não tem posicionamento a respeito do
146 assunto e solicitou revisão da Resolução nº 21. Sobre a FATMA, o Conselheiro Raineski
147 explicou que a Fundação não aceita RRT de profissionais para o LAO (licenciamento
148 ambiental de operação), e é atribuição dos arquitetos. A FATMA exige que o responsável
149 técnico assinale uma anotação específica (cada profissional descreve a atividade que está
150 executando de acordo com as suas palavras), utilizada no CREA/SC e que não existe no
151 CAU/SC. Solicitou encaminhamento de um documento orientativo, explicando a lei 12.378
152 e suas atribuições, destacando a parte no que tange a atribuição do profissional referente a
153 licenciamentos ambientais e cobrando uma imediata posição da FATMA em retorno a isso.
154 Salientou a importância de garantir aos profissionais aquilo que lhes é de direito, garantir
155 o cumprimento da lei. A ouvidora Rosana falou que além do relatado, existe um caso que
156 não se trata exatamente do que o conselheiro relatou. Explicou que é um caso específico de
157 uma arquiteta que está participando de uma equipe multidisciplinar para fazer os laudos,
158 respondendo pelo meio socioeconômico, e a FATMA negou a participação da profissional,
159 exigindo o acompanhamento de um assistente social. Salientou que perante todas as
160 resoluções do CAU e da lei que regula esses laudos, o CONAMA, em nenhum ponto se exige
161 a participação de assistente social, e as resoluções do CAU/BR deliberam que os arquitetos
162 podem fazer diagnósticos e levantamentos do meio socioeconômico. Por fim, o
163 Conselheiro Raineski falou com relação à descrição na baixa de RRT, que entende que deve
164 ser criado um campo no SICCAU que permita que se faça descrição com alguma
165 compatibilidade, pois não é possível se interpretar cada RRT de acordo com a redação de
166 cada profissional. O Conselheiro Semmer, convidado da reunião, relatou que ao emitir um
167 RRT de loteamento, o engenheiro responsável da Casan informou que se deve contratar
168 um engenheiro civil para que eles aprovassem o projeto de galerias pluviais e saneamento.
169 O Presidente Ronaldo solicitou que o Conselheiro Semmer encaminhasse todos os
170 documentos referentes ao caso. A Ouvidora Rosana lembrou dos casos das multas para
171 quem não faz parte do Conselho. Questionou como será a aplicação e a cobrança, e se há
172 necessidade de fazer boletim de ocorrência. Sugeriu reunião com o Ministério Público para
173 orientação desses procedimentos. O Presidente Ronaldo informou que na semana seguinte
174 há um agendamento com um procurador, e convidou os membros da comissão para
175 participarem. O Advogado Gustavo esclareceu que nesses casos a orientação do MPSC é
176 registrar um procedimento administrativo (B.O.), entretanto os funcionários da delegacia
177 relataram acerca das dificuldades de acompanhamento de cada ocorrência, assim a
178 conclusão a ser tomada seria de se firmar um Termo de Cooperação Técnica com o
179 Ministério Público. Esse procedimento seria instruído com o processo administrativo
180 oriundo da CEEP do CAU/SC para que o MPSC tomasse as providências judiciais cabíveis
181 para apurar os casos de exercício ilegal de profissão. Inclusive esse item seria um dos
182 pontos a ser conversado na reunião da próxima semana citada pelo presidente. O
183 Conselheiro Raineski questionou que se dessa maneira não seria mais necessário registrar
184 o B.O., e Advogado Gustavo confirmou. O Conselheiro Giovanni se manifestou dizendo que
185 sente segurança com esse procedimento, que é um caminho bastante coerente, uma vez
186 que o Ministério Público tem a prerrogativa de abrir e fechar todos os processos que
187 entram, e que algumas vezes o B.O. fica no descaso. No Relato da Comissão Temporária de
188 Patrimônio, o Conselheiro Daniel informou que foi divulgado o resultado da licitação da
189 Reforma da Sede do CAU/SC, onde a empresa vencedora foi a Trio Construtora e
190 Incorporadora Ltda, com o valor global de trezentos e quarenta e cinco mil, trezentos e
191 vinte e cinco reais e cinquenta e dois centavos. Explicou que esse valor é em média de
192 quinze por cento inferior ao teto estipulado. Outras contratações como móveis, ar
193 condicionado, sistema de som, programação visual, estão em andamento. No Relato da
194 Comissão Temporária de Políticas Urbanas, o Coordenador, Conselheiro Daniel, informou
195 que a comissão trabalhou com uma pesquisa sobre RRTs emitidas nessa gestão, de Planos
196 Diretores, onde se constatou que o número de municípios que possuem esse tipo de



197 registro não chega a dez por cento, salientando que Florianópolis é uma das cidades que
198 não o possui. Explicou que o passo seguinte é solicitar ao CREA/SC o número de ARTs
199 emitidas para Planos Diretores, para um mapeamento unindo essas informações,
200 orientando a fiscalização. Relatou que o segundo encaminhamento da comissão é o envio
201 de ofício solicitando informações sobre os Conselhos municipais, e solicitando a
202 participação do CAU/SC. No relato da Comissão Temporária de Comunicação, o
203 Coordenador Marcos Jobim citou a participação da empresa 9mm na reunião, que
204 apresentou a campanha publicitária de valorização profissional, projetada em tela para o
205 plenário, enfatizando a frase destaque da campanha “O Arquiteto Faz a Diferença”.
206 Salientou a importância de vincular o trabalho do arquiteto à cidade, ao urbanismo.
207 Explicou que haverá reunião extraordinária da comissão para estruturar e planejar como e
208 de que forma será implantado o *brainstorming* apresentado. O Conselheiro Giovani elogiou
209 o trabalho e sugeriu foco, uma base, para que a campanha seja vista como um todo. O
210 Conselheiro Bogoni corroborou com a ideia, e estimulou o uso das palavras “projetar” e
211 “planejar”. O Conselheiro Jobim propôs o dobro do valor do ano corrente para a previsão
212 orçamentária do ano de dois mil e quinze, justificando como uma visão de longo prazo
213 para a comunicação, não apenas para a gestão; e propôs a aprovação de um aditivo de
214 vinte e cinco por cento, conforme previsto em lei, sobre a campanha publicitária do ano
215 corrente, para que ela possa durar até o final do contrato em julho do ano seguinte. Falou
216 da Primeira Mostra dos Filmes de Arquitetura, que acontecerá na semana do Dia do
217 Arquiteto, na Fundação BADESC, com a projeção de três filmes, aberto à sociedade: um
218 sobre Burle Marx, outro sobre Niemeyer, e outro que se chama *Medianeras*, um filme
219 argentino que trata sobre a vida nas grandes cidades, visando que o CAU/SC esteja ligado à
220 cultura, não apenas questões de legalistas. Falou da contratação do fotógrafo para girar o
221 estado fotografando edifícios interesse, para ser utilizado como banner no site. No relato
222 da Comissão Temporária de Preparação do Seminário das Cidades Democráticas e
223 Metropolitanas, o Conselheiro Giovani relatou que o nome do seminário irá mudar para
224 melhor entendimento do tema e informou que a ALESC aprovou o decreto-lei criando a
225 autarquia responsável pela Região Metropolitana de Florianópolis. Confirmou a ALESC
226 como local do evento. Falou da importância da reunião da comissão ampliada, das
227 contribuições, e que foi criado um grupo de trabalho para um alinhamento geral do
228 evento. Sugere que o tema seja abordado em outras regiões conturbadas do estado, com
229 suas culturas e especificidades. No relato da Comissão Temporária de Honrarias, o
230 Conselheiro Giovani relatou que a data das inscrições foi prorrogada até o final de
231 setembro, e que até o momento existem sete indicações. Explicou o roteiro de aprovação
232 dos nomes: serão validados pela comissão e levados à plenária para a seleção de três
233 nomes em cada categoria, e em seguida a comissão, juntamente com o Presidente,
234 escolherão os agraciados com a honraria. O Conselheiro Jobim se ausentou da reunião. No
235 item **7. APRESENTAÇÃO E VOTAÇÃO**, no item **F. Distribuição de Processos éticos (2)**, o
236 Conselheiro Daniel foi designado relator dos processos de número 6.09.374-1 e 6.10.173-
237 6. No item **A. Relato de Processos**, o Conselheiro Daniel, relator do processo ético
238 número 6.10.443-1, citou o nome do denunciante e do denunciado, e o município da
239 ocorrência. Explicou que como o processo é do ano de dois mil e cinco, advindo do
240 CREA/SC, e já estando prescrito seu prazo, votou pelo arquivamento do processo. Relatou
241 que da mesma forma, e conforme orientado pelo Advogado Guilherme, os processos de
242 número 6.09.374-1 e 6.10.173-6, tiveram seus prazos prescritos e deveriam ser
243 arquivados, sendo assim, apresentou seu voto para o arquivamento do processo. Depois
244 de relatados os três processos os Conselheiros Giovani Bonetti, André Serafim, Glicério
245 Weber, Jorge Raineski, Décio Góes e Ademir Bogoni, acompanharam o voto do relator, no
246 sentido de arquivamento dos processos 6.10.443-1, 6.09.374-1 e 6.10.173-6. Salienta-se a
247 ausência do Conselheiro Marcos Jobim no momento da votação. Em seguida, o Conselheiro
248 André, incumbido de ler o relato do processo de fiscalização de número 100004991/13,



249 da qual a Conselheira Taiana foi designada relatora, apresentou o relato da Conselheira,
250 citando o nome do denunciante e do denunciado, e o município da ocorrência,
251 apresentando a ausência do pagamento de RRT como motivo da denúncia. Apresentou o
252 voto da Conselheira Taiana, relatora do Processo, no sentido de aplicar multa de trezentos
253 por cento do valor do RRT, acompanhando o voto da CEEP. Encaminhado para votação o
254 processo de fiscalização de número 1000004991/13, os Conselheiros Giovanni Bonetti,
255 André Serafim, Glicério Weber, Jorge Raineski, Décio Góes, Ademir Bogoni e Daniel Silva
256 acompanharam o voto da relatora, no sentido de aplicar multa de trezentos por cento do
257 valor do RRT. Salienta-se a abstenção do Conselheiro Jobim, em função de sua ausência
258 durante o relato. No item **B. Cronograma de Programação do Orçamento 2015**, o
259 Gerente Márcio apresentou o Cronograma da Programação Orçamentária 2015, que foi
260 aprovado por unanimidade. O Gerente Márcio explicou que para a próxima sessão plenária
261 será votada a homologação da programação orçamentária. No item **C. Alteração da**
262 **Portaria que institui o CAU/SC, fixa os critérios para admissão de entidades**
263 **representativas da Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina no Colegiado**
264 **Permanente e, dá outras providências**, o Advogado Gustavo leu a portaria com os
265 devidos ajustes. O Conselheiro Raineski salientou a importância da publicidade e
266 divulgação da portaria, principalmente em função da participação das entidades mistas. O
267 Conselheiro Décio falou que essa inscrição deve ser menos burocrática, sugeriu um prazo
268 para as inscrições e, após esse período, os inscritos devem eleger um representante titular
269 e um suplente entre eles. O Conselheiro Giovanni sugeriu data de inscrição até trinta de
270 setembro, e o agendamento de uma reunião em seguida, em Florianópolis, para escolha
271 dos representantes. O Presidente solicitou o ajuste do documento, definiu um prazo de
272 trinta dias, a partir da data de hoje, para a inscrição das entidades mistas, com o envio de
273 uma notificação, seguida de uma reunião em Florianópolis, sem custos para o Conselho,
274 para que se decida quem será o representante. Enfatizou a importância da divulgação
275 dessas inscrições nas mídias do CAU/SC. No item **D. Periodicidade da Premiação de**
276 **Honrarias**, o Conselheiro Giovanni explicou que há um questionamento se as honrarias
277 deveriam ser anual ou por gestão, trienal. O Conselheiro Jobim sugeriu bienal, para que
278 ocorresse junto com o congresso. O Conselheiro Décio disse que anual depreciaria o
279 prêmio, e que bienal, haverá uma gestão com um e outra com dois eventos, assim como o
280 congresso, conforme o regimento. Sugeriu que o congresso passasse a ser trienal, assim
281 como a premiação. Encaminhado para votação, a periodicidade da Premiação de Honrarias
282 sendo a cada três anos, uma por gestão, foi aprovada por unanimidade. No item **E. 2º**
283 **Encontro Anual do CAU/SC**, o Presidente explicou que a ideia é fazer o encontro
284 concomitante com o Seminário de Ética, sem custos, através de videoconferência, no dia
285 vinte e nove de outubro, com o tema “Ética Profissional”. O Gerente Márcio detalhou a
286 proposta do evento, que foi aprovado por unanimidade. O item **G. Alteração da data da**
287 **Plenária de dezembro**, o Presidente explicou que durante a reunião de diretoria,
288 discutiu-se essa data do dia quinze de dezembro, em função do Dia do Arquiteto, da
289 Premiação de Honrarias e de uma possível confraternização de fim de ano e fim de gestão,
290 no fim de semana que precede a data. Em votação, a alteração da data da plenária do mês
291 de dezembro para o dia 15 foi aprovada, com a abstenção do Conselheiro Bogoni. No item
292 **8. MANIFESTAÇÃO DOS CONSELHEIROS ESTADUAIS EM ASSUNTOS DE INTERESSE DO**
293 **PLENÁRIO**, o Conselheiro Raineski fez um convite para participação na palestra com o
294 arquiteto português José Antônio Barbosa, no dia vinte e nove de setembro, no auditório
295 da UNIPLAC. O Conselheiro Giovanni fez uma homenagem ao Conselheiro Raineski, com
296 relação ao seu trabalho desenvolvido quando coordenador da transição do CAU,
297 reconhecendo todas as dificuldades e êxitos. Nada mais havendo a tratar, o Presidente
298 Ronaldo de Lima desejou um bom retorno a todos e declarou encerrada a Trigesima
299 Quinta Reunião Plenária do CAU/SC, às dezessete horas e cinquenta e oito minutos. Para
300 constar, eu, Tatiana Moreira Feres de Melo, Secretária do CAU/SC, lavrei a presente ata



301 que será rubricada em todas as suas páginas e, ao final, assinada por mim, pelo Presidente
302 Ronaldo de Lima e pelos Conselheiros presentes, para que reproduza os efeitos legais.

Ronaldo de Lima
Presidente do CAU/SC

Tatiana M. F. de Melo
Secretária do CAU/SC

Marcos Alexandre Jobim
Conselheiro do CAU/SC

Jorge Pias Raineski
Conselheiro do CAU/SC

Giovani Bonetti
Conselheiro do CAU/SC

André Luiz Serafim
Conselheiro do CAU/SC

Fárida Mirany De Mira
Conselheira do CAU/SC

Décio Gomes Góes
Conselheiro do CAU/SC

Ademir Luiz Bogoni
Conselheiro do CAU/SC

Daniel Rodrigues da Silva
Suplente de Conselheiro do CAU/SC

Glicério Junior Weber
Suplente de Conselheiro do CAU/SC